

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

VILTON LUIZ DE SÁ

**A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA AS LAVADEIRAS
NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

CACOAL/RO

2016

VILTON LUIZ DE SÁ

**A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA AS LAVADEIRAS
NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

Artigo científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^a Ms: Joareis Fernandes de Azevedo.

Cacoal / RO

2016

S111i Sá, Vilton Luiz de.
A importância do cooperativismo para as lavadeiras no município de Cacoal-RO / Vilton Luiz de Sá – Cacoal/RO: UNIR, 2016.
17 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. M.e Joareis Fernandes de Azevedo.

1. Cooperativismo. 2. Associação. 3. Lavadeiras. I. Azevedo, Joareis Fernandes de. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 334.73

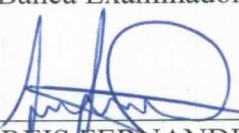
Catálogo na publicação: Naiara Raissa Passos – CRB11/891

ATA DE DEFESA DO ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – 06 DE JULHO DE 2016.

Aos 06 (seis) dias do mês de Julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se na Sala 05 – Bloco B do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, a banca constituída pelos Professores PROF. MS. JOAREIS FERNANDES DE AZEVEDO (presidente), PROF^a ESP^a MIRIÃ GIL DE LIMA COSTA (membro) e PROF^a ESP^a JUSSILAINE LUZIA LYRA GUIMARÃES (membro), para examinar o (a) candidato (a) **VILTON LUIZ DE SÁ** na prova de defesa de seu Artigo de conclusão de curso intitulado A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA AS LAVADEIRAS NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO. O presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 20:00h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a arguição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 80 (Oitenta). A ata segue assinada pelos membros da banca.

Cacoal / RO, 06 de Julho de 2016.

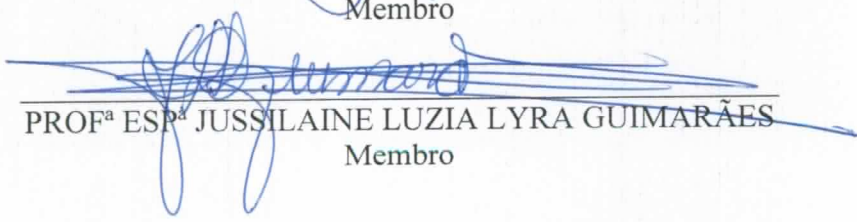
Banca Examinadora:



PROF. MS. JOAREIS FERNANDES DE AZEVEDO
Presidente



PROF^a ESP^a MIRIÃ GIL DE LIMA COSTA
Membro



PROF^a ESP^a JUSSILAINE LUZIA LYRA GUIMARÃES
Membro

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA AS LAVADEIRAS NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO¹

Vilton Luiz de Sá²

RESUMO: O conceito de cooperativismo teve seu início na organização dos trabalhadores na Inglaterra durante a Revolução Industrial, devido aos baixos salários e o alto desemprego os trabalhadores se reuniram, afim de juntarem o seu capital e aumentar o poder de compra coletiva para comprarem mercadorias de primeira necessidade, assim foi criada a Associação do Probos Pioneiras de Rochdale, que mais tarde passou a se denominar cooperativa de Rochdale. Entende-se como cooperativa uma associação autônoma composta de indivíduos que se unem de maneira voluntaria, afim de alcançar anseios e necessidades sociais, econômicas e culturais comuns através de empresas de propriedade coletiva e demograficamente acondicionadas. O artigo presente apresenta como objetivo a importância do cooperativismo para as lavadeiras no município de Cacoal/RO, analisando por meio de pesquisas bibliográficas a melhor forma de associar a capacitação a rentabilidade. Na pesquisa bibliográfica, destaca-se a fonte de materiais advindos de publicações que assumem a forma de livros, dicionários, reuniões acadêmicas, ensaios, resenhas, monografias, relatórios de pesquisas, dissertações, teses, apostilas e boletins. Tratou-se de uma pesquisa exploratória.

PALAVRA-CHAVE: Cooperativismo. Associação. Lavadeiras.

INTRODUÇÃO

O artigo a seguir tem por objetivo ressaltar a importância do cooperativismo para as lavadeiras na cidade de Cacoal, analisando por meio de pesquisas bibliográficas a melhor forma de associar a capacitação a rentabilidade.

Segundo a definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), revisada na Assembleia Geral de (1995).

¹ Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração sob orientação do Prof. Joareis Fernandes de Azevedo.

² Acadêmico do 8º período do curso de Administração da UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: vilton_isa2011@hotmail.com.

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

O trabalho das pessoas na cooperativa se torna mais complexo com a modernidade surgem novos desafios para aperfeiçoar meta dos serviços. As pessoas têm direito do voto é não pode transferir o seu direito de voto para outro e nem tão pouco votar no lugar do outro. (JURUÁ, 2006 P. 90)

Nos séculos XX e XXI surgiu a cooperativa como meio de organização da sociedade buscando através do trabalho condições para suprir suas necessidades. As pessoas têm que ter um lugar que se sintam bem no que estejam fazendo, ambientes mal iluminados ou local impróprio atrapalham seus rendimentos (NETO, 2006, p. 127).

Estudou-se na área de Administração Geral a gestão de cooperativas com estudo de caso das lavadeiras no município de Cacoal – RO. A forma na qual as lavadeiras poderiam obter melhores resultados se organizando em forma de cooperativas, gerando assim melhores resultados. Estudando os conceitos de cooperativismo, identificando os benefícios da organização em cooperativas, verificando a receptividade das mesmas em relação à importância da organização em forma de cooperativas.

O enfoque ao cooperativismo sob a ótica do cooperado como também da empresa cooperada. A preocupação inicial é estabelecer bases microeconômicas para as discussões de eficiência e eficácia da empresa cooperada, apresentando uma revisão dos modelos já elaborados discutidos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DE COOPERATIVA

“A palavra cooperação, derivada do latim *cooperativus*, de *cooperari*, associa-se à ideia de colaboração, trabalhar com outros, de acordo com a própria

etimologia do termo. Na terminologia jurídica, refere-se à sociedade e sua organização para obter melhorias aos associados. (FILHO; GOMES, 2010, p.217).

As sociedades cooperativas são classificadas pela Lei n.5764/71 em três aspectos; o primeiro, em razão da forma de constituição da sociedade; o segundo de acordo com objeto ou a natureza das atividades ou a exercidas pela sociedade ou por seus associados, e o terceiro conforme a responsabilidade do associado.

Segunda a Lei nº 5.764/71, no seu artigo 4º assim preceitua:

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...]”. (BRASIL, 1971).

Rochdale na Inglaterra em 1844, cooperação no mundo todo promove a educação e a integração política e religiosa. Em 1890 surge a Aliança cooperativa Internacional. Com a bandeira da cooperativa, com as cores: vermelha, alaranjada, amarelo, verde, azul e violeta.

O cooperativismo teve origem na organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, bairro da cidade Manchester, 28 tecelões, diante do desemprego e dos baixos salários, reuniram-se para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade. Assim, criaram a Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, mais tarde transformada em cooperativa de Rochdale formada pelo aporte de capital dos trabalhadores, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder de compra coletiva.

Esses tecelões de Rochdale sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento de cooperativas. A experiência dos trabalhadores da Inglaterra difundiu-se em outros países, como na França e na Alemanha, principalmente no ramo “crédito”. Mais tarde, o cooperativismo alastrou-se pelo mundo inteiro. No Brasil, as cooperativas são reconhecidas legalmente como uma das formas de organização de empreendimentos coletivos (Birchall, 1997; Ferguson, 1991).

Na primeira metade do século XX, a maioria das cooperativas estava ligada à agricultura. Atualmente, as cooperativas urbanas estão se expandindo. Isso pode ser

explicado pelo êxodo rural e a maior emergência de problemas sociais nas cidades. Pode-se afirmar que, em torno de qualquer problema econômico ou social, é possível constituir uma cooperativa. Assim, pela diversidade de possibilidades de atuação, as cooperativas se apresentam como alternativa para resolução de problemas decorrentes do desemprego.

Como instrumento de geração de emprego e renda, as cooperativas podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito (serviços financeiros) e prestação de outros serviços. Atualmente as cooperativas têm um bilhão de membros em todo o mundo e no Brasil, em 2011, havia 6.586 cooperativas com cerca de 10 milhões de associados.

O cooperativismo do Brasil foi proibido com o Decreto 979 de 1903 a constituição de 1934 e em 1959 é criada o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) é com a lei 5.764 de 1971. Somente em 1988 que o cooperado ficava a intervenção do Estado em seu funcionamento foi usado pelo governo ou igreja como “organização de pessoas”.

Quanto à estrutura, há três tipos de cooperativas ramificadas em singulares, centrais ou federações e confederações, para cooperativas singulares formada por 20 pessoas tendo que prestar serviços aos associados. As cooperativas centrais ou federações são aquelas constituídas de no mínimo três cooperativas singulares, serviço recíproco. Confederações de cooperativas são as pelo menos três cooperativas âmbito de capacidade ou conveniência de atuações da centrais e federações.

Quanto ao ramo de atividade, as sociedades cooperativas um Decreto de lei Nº 22.239/32 tem ramificação das cooperativas com definição dos tipos cooperativos. A organização das cooperativas Brasileiras (OCB) agropecuária, de consumo de crédito, educacional, especial, habitacional, de infraestrutura, mineral, de Produção, de saúde de trabalho de turismo e lazer e de transporte de cargos e de passageiros. Para isto não abrange a totalidade das cooperativas existentes. (JÚNIOR, 2005 p. 45).

1.2 MODELOS DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS

Planejamento, organização, direção e avaliação de comunicação com as pessoas e aplicação com os sete componentes tendo que receber sugestões ou não dando a organização da cooperativa assim têm que tomar decisão caso a caso tendo que ter qualidade no serviço e maior consideração inicial. As pessoas ligadas a direção, por exemplo, planejamento estratégico e não controlado pela cooperativa, qualidade total é a necessidade de suplica do cliente e mercado, o marketing total unidade como finanças, logística e produção.

Na estrutura organizacional a responsabilidade é do coordenador de conduzir com humildade com limite na gestão. Departamentalização tendo que organizar as finanças, tecnológicas, materiais e equipamento com humildade. Níveis hierárquicos autorizado pela cooperativa delegação referem se às tarefas chefe, centralização e a maior administração, descentralização é o maior poder na cooperativa.

A Liderança deve organizar a tarefa para ter um maior resultado na empresa, a comunicação é a informação do cooperado para com os colegas para maior exceto supervisão e a estratégia de fazer as tarefa e decisão para o membro o rumo, a ser tomada e a ação alcançado na reunião.

Produto ou serviço oferecido o motivo de existir do mercado trabalho depois o pós-venda, que vem a dificuldade pelo ex cliente. Para ter um bom resultado, a cooperativa tem que de mostrar qualidade.

As relações econômicas entre os cooperados e a sua empresa então são caracterizadas como ato cooperativo, e não como ato comercial. Ainda as sociedades cooperativas são caracterizadas como sociedades de pessoas, nas quais há a agregação inicial do fator de produção trabalho (nas assembleias gerais todos os associados têm direito a um único voto), utilizando posteriormente o fator de produção, capital, diferentemente das sociedades de capital, que são caracterizadas pela agregação inicial do fator de produção capital (nas assembleias gerais o voto é proporcional ao capital de cada investidor).

Portanto, nas sociedades cooperativas, o cooperado assume, ao mesmo

tempo, as funções de usuário da empresa e seu proprietário ou gestor, transferindo funções de usuário da empresa e seu proprietário ou gestor, transferindo funções da sua economia individual para a empresa cooperativada.

Deve-se ressaltar, neste momento que poderá haver “lucro” para o membro associado a uma cooperativa e para o seu negócio particular, mas que no empreendimento cooperativo em si não há a existência de “lucro”, por dois motivos fundamentais no primeiro empreendimento cooperativo, como o membro é ao mesmo tempo usuário, beneficiário e proprietário, não há uma exploração do fator de produção trabalho que possa gerar “lucro”, no segundo, a própria organização cooperativa foi construída com uma arquitetura que pudesse abolir o “lucro” e a “concorrência” da economia. Assim deve-se fazer referência a resultados econômicos que possivelmente possam ser distribuídos para a rata das operações de cada um dos membros, e não como simplesmente “lucro” por serem conceitualmente diferentes (OLIVEIRA, 2012, p. 37).

A administração da cooperativa está baseada no princípio da autogestão, que é uma modalidade de gestão multidimensional (social/econômica/ política/técnica), por meio da qual os parceiros do processo de trabalho se organizam com o fito de alcançar resultados.

Essa associação entre as partes, por privilegiar o fator trabalho, implica a discussão do poder de decisão pelo grupo governado, que assume a direção de seus destinos. Segundo o que estabelece a Lei nº 5.764/71, especialmente no seu artigo 47, “A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração”. E ainda: “Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários”. Prescreve a lei específica que “o estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração”. Qualquer que seja o ramo da cooperativa, “A administração da sociedade será fiscalizada, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes”. COOPERATIVA Esse modelo

auto gestor normalmente está organizado nas cooperativas por meio dos seguintes órgãos: Assembleia Geral Outros cargos criados pelo estatuto Conselho Fiscal Conselho de Administração ou diretoria. (CARDOSO, 2014, p. 62).

1.3 AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO

A cooperativa de subsistência tem como objetivo dar apoio para os seus componentes. As pessoas se tornam mais sociáveis assim que autossuficiência de cada um na empresa tornando os cooperados compreensíveis porque participam da gestão da empresa, a tomada de decisão chegada a um consenso. A empresa tem como autogestão os coordenadores e o conselho fiscal, o voto da maioria é que decide tudo, conforme o regulamento.

A autogestão se torna necessária para o que fazer na cooperativa a sim dignidade dos cooperadores se tornando competitivo no mercado de trabalho. A sociedade tem como objetivo lado humano da pessoa com sintonia administração, que consiste no delegado que deve apresentadas como companheiros. A indústria economia solidária se põem à margem da pobreza tornando os sócios capazes, saindo do estado econômico baixos para o sustentável da classe social digna.

As decisões dos associados devem ser tomadas em grupo ou em reuniões da assembleia. As pessoas devem ter consciência de que tudo que for decidido pelo cooperado tem que ter a pressa de todos para que fiquem unidos à cooperativa. A educação da criança de ser entre criança certo, o castigos e reprovação assim da obediência, é tem uma formação hierarquia de obediência para os comandantes para disciplina do ser humano, mas sociedade tanto na religião, civil e militar com isto as pessoas se tornam melhores a impotência da cooperativa.

Práticas que quando frequentes, mudariam como pressão seria uma vivencia redentora. Práticas que, quando frequentes mudariam o comportamento social dos sujeitos. A prática auto gestora seria mais verdadeira entre as empresas solidárias, nas quais seus sócios são religiosos, políticos e militantes sindicais (LOURENÇO p. 31).

1.4 DIFICULDADES: EM PROSSEGUIR NA AUTOGESTÃO

No século XIX as cooperativas não eram vistas como bons olhos pelos poderosos, os cristãos têm como se organizar as pessoas para produzir não fica contente com a produção afetando a economia capitalista. A cooperativa quanto se torna capitalista se desenvolve acaba devido à soma do trabalho. No ano (1899) os operários se organizavam a jornada de horas prestada. A mesma condição que os cooperados tem com a fábrica e menos do que antes assim volta para fábrica.

Singer adverte que as alegações de Lus-Camburg, acima expostas, seriam demais não teria, coerência. Porque ela não estaria levando em conta a oposição que os trabalhadores apresentam a ditadura do capital, o que restringiria as expostas seria desfavorável à capitalista, mas não estaria levando em conta a oposição que os trabalhadores apresentam a ditadura do capital, o que restringiria os exageros deste (LOURENÇO p. 34).

1.5 DIFICULDADES: AUTOGESTÃO E COMPETÊNCIA CIENTÍFICA

A empresa do modo geral de ser administrada por quem tem grau superior e não por pessoas comuns, as cooperada devem fazer um curso técnico para gerência as pessoas com mais competência. A cooperativa se torna competitiva as assim o legado da administração como outras profissões a assembleia toma a decisão a melhor da cooperativa da diretoria organiza. A eficiência tem como colaboradores como sindicais, religiosos, estudantes e outros sendo assim, colaboradores tendo qualidade no produto tem um lugar que residem a empresa, a administração tem como base a coordenação da cooperativa.

De modo diferente, nos Empreendimentos solidários, aqueles queiram administrá-los já fazem parte do ramo da nova cooperativa ou já são companheiros de grupos comunitários, sindicais, religiosos, estudantis, entre outros. (LOURENÇO p. 35).

1.6 DIFICULDADES: EM MUDAR A CULTURA

Esta mudança de cultura, talvez implique em uma educação solidária que comece nos bancos escolares. Uma história pode ser ilustrativa da dificuldade de mudar algo: a narrativa sobre os Hebreus no Egito, os quais foram guiados por Moisés para a terra prometida (LOURENÇO p. 37).

Observando os princípios de Rochdale, tem-se uma noção do desafio que se impõe a quem queira colocá-los em prática. Chegam a parecer utópicos. Autogestão, democracia, participação, autonomia, solidariedade, nem sempre são ideais fáceis de atingir ou sequer almejados pelas pessoas, que veem na relação empregatícia com direitos sociais a forma ideal de trabalho, optando muitas vezes por este ou outros tipos de empreendimento apenas em função da necessidade. Lima (2004) cita os estudos de Cornforth e Thomas (1990) sobre as cooperativas britânicas, segundo os quais “na cultura individualista e materialista do capitalismo, o apelo do trabalho em cooperativas, com o pressuposto da adesão voluntária e com objetivos sociais e solidários é muito baixo”.

Segundo o autor, a atração por este tipo de empreendimento diminui em momentos de expansão econômica, o que explicaria o declínio do cooperativismo no auge do fordismo e sua retomada atual, em tempos de neoliberalismo e acumulação flexível. Outro obstáculo à consecução de um empreendimento como esse é a demora do retorno financeiro inerente a qualquer negócio, o que faz com que muitos membros abandonem o projeto assim que conseguem um emprego. As desistências, por vezes, causam a própria dissolução da sociedade.

Outro princípio difícil de ser colocado em prática é a autogestão. Que implica conhecimentos administrativos e mercadológicos, uma vez que, na situação de empreendedores, os trabalhadores devem cuidar, não apenas da atividade-fim, que é sua especialidade, mas de toda a sua inserção dentro do mercado. “Como nosso produto se diferencia do produto dos concorrentes? Que preço cobrar? Como atrair clientes? Como gerenciar recursos?”. Essas são algumas perguntas que todo empreendedor deve fazer e a falta de uma resposta satisfatória ocasiona boa parte das dissoluções ou, até mesmo, a ineficiência deste tipo de negócio. A eficiência, ideal de qualquer atividade mercantil, ainda se choca com a democracia (NETO, 2007, p. 08).

Bialoskorski Neto (2007) analisou a relação entre número de associados, desempenho econômico e participação em assembleias gerais em cooperativas agrícolas. O autor notou que quanto maior o sucesso econômico da cooperativa, assim como o número de sócios, menor era a participação. Uma das causas apontadas foi que, diante de um número grande de associados, o voto das pessoas passa a valer menos. Outro fator é o custo de abandonar um dia de produção para se

deslocar até outra cidade para participar das assembleias. Além disso, quanto maior eram os benefícios que os produtores adquiriam com a cooperativa, menor era a vontade – ou a necessidade – de participar.

Democracia e transparência, em muitos casos, constituem-se como barreira à eficiência, pois para existirem pressupõem certa dose de burocracia e um tempo de discussões e debates que uma relação autoritária não demanda. Entretanto, há que se tomar cuidado para que o crescimento da cooperativa não a faça perder seus princípios mais vitais, centralizando a tomada de decisões, e agindo no mercado de forma selvagem, contratando e explorando empregados e tornando-se uma “associação de capitalistas”, que nada conserva do seu caráter solidário. Outro desafio à democracia participativa é que os cooperados brasileiros carecem da falta de educação política e cidadã.

E isso nada tem a ver com o nível socioeconômico ou com nível de escolaridade. Esse é um problema que atinge brasileiros de todas as parcelas populacionais, visto que em nenhuma instância da educação formal se ensinam quais são as ferramentas de participação política no país. Além disso, os direitos políticos são mais obrigações do que direitos. Pressupõem que o indivíduo reserve um tempo que usualmente dedica à sua vida privada e aos seus interesses particulares para se dedicar à esfera pública. E numa democracia liberal, como a nossa, que enfatiza os direitos civis e a liberdade no plano individual, somada à tradição brasileira em que os direitos sociais quase sempre vieram como dívida estatal e não como fruto do exercício de direitos políticos, é difícil, de uma hora para outra, formar doutores em participação.

A cultura associativista no Brasil ainda é fraca em termos qualitativos. Fato comum são as associações e sindicatos resumirem-se à diretoria, enquanto os demais pagam a mensalidade e calmamente aguardam os benefícios advindos da união, sem qualquer interesse em participar das decisões, mas com muita vontade de reclamar. Demo (1988) afirma que um problema frequente nas associações é a falta de quórum, o que acaba por conferir um caráter autoritário às reuniões.

É, por exemplo, um vício comum o fato de que nas reuniões de associações não comparecem mais que 5 a 20% dos membros, não se respeitando a regra da maioria que começa com 50% mais um. Os expedientes burladores já são clássicos. Primeira chamada exige a presença de 50% mais um; não havendo

quórum, pede-se a presença de 1/3; não havendo ainda quórum, a reunião começa simplesmente com os presentes. Aí, os presentes passam a representar, sem mais nem menos, o todo e a decidir por ele. Ou seja, uma minoria ativa usurpa a condução da assembleia e liquida com isso a constituição democrática. É certamente compreensível que não se possa paralisar a assembleia por falta de quórum. Se fosse exigido quórum completo, jamais funcionaria, tal o absenteísmo em nossa sociedade (DEMO, 1988, p.50).

Os materiais didáticos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outros livros sobre empreendedorismo afirmam que o número de brasileiros que empreendem é grande, porém poucos o fazem por vontade, mas por necessidade, sendo este fator o maior responsável pela alta mortalidade das empresas brasileiras. Nas cooperativas o problema é maior, pois além da necessidade de empreender, há a necessidade de vivenciar a democracia participativa. E não se formam cidadãos do dia para a noite. Demo (1988) cita um exemplo interessante que mostra em que estágio se encontra a democracia brasileira:

Se tomarmos o exemplo do condomínio, obrigatório em lei tem um caso elucidativo de nossa miséria política. A participação é mínima, os condôminos apreciam direitos, mas não deveres, não comparecem, mas reclamam bem, por vezes é difícil encontrar um homem de boa vontade que aceite ser síndico, ou pior, este pode ser um canal para o exercício da tirania de alguns. Nesta terra, o voto é obrigatório, senão poucos iriam votar. Prevalece de longe a atitude de parasita sobre a atitude de cidadão, que não assume o compromisso e a responsabilidade da participação (DEMO, 1988, p.73).

Some-se a isso o fato de que, como o cooperativismo se expande nos momentos de crise econômica e desemprego, o caráter voluntário das adesões fica comprometido, sendo mais reflexo da falta de opção dos trabalhadores do que de uma escolha efetiva pela autonomia e solidariedade (Lima, 2004). “Fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista ou à falta dessa mesma exploração” (LIMA, 2004).

Diante dos desafios à Economia Solidária, fica evidente que ela deve ser encarada mais como escolha autêntica diante de outros modos de produção do que como uma necessidade urgente de sobrevivência. A qualquer forma de união, deve se associar “aquele que não quer ajuda, mas colaborar, contribuir, conquistar sob o signo da autodeterminação” (DEMO, 1988, p.109).

Além de benefícios econômicos, o processo cooperativista em si traz o amadurecimento de seus membros. Aprende-se a elaborar as próprias regras de conduta e a segui-las; a dialogar e a trocar ideias de forma produtiva; a ajudar e ser

ajudado; a conviver com pessoas com histórias de vida tão distintas; que a abstenção prejudica todo o grupo; que com união se conquista mais do que a sobrevivência material, mas o poder de determinar a realidade que se quer viver (FAE, sd).

1.7 CONQUISTAS: NAS CONDIÇÕES DO TRABALHO

As regras têm que ser iguais da revolução industrial do tempo do militarismo na cooperativa a regras podem ser alteradas para melhor funcionamento da empresa isto que decide é a assembleia é tudo que perde e recompensado a cooperativa se torna mal compreendida para isto as pessoas têm que ter cargos definido hora para chegar é sair.

A esfera pública era local de igualdade e liberdade; no entanto, pressupunha a existência de desiguais: servos e escravos (LOURENÇO, p. 39).

1.8 AUTOGESTÃO E SUBJETIVIDADE

Uma nova administração de Taylor sugere que, um corpo adoece e fadiga para isto tem a liderança que deve mostrar que manda o trabalho humano e deve se valorizar antes na cooperativa.

Na cooperativa CoopeSol, tem como qualidade os produtos é entrega no prazo caso o cliente tem um problema deve se reunir em assembleia para ver o que conseguiram qualidade e não produção isto ressaltando outras empresas assim ressaltando que dividas sejam saudadas. Uma assembleia geral deveria ser convocada para que juntos discutissem problemas (LOURENÇO p. 43).

2 METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema. A etimologia grega da

palavra bibliografia (biblio = livro; grafia = descrição, escrita) de textos impressos. Assim, pesquisar no campo bibliográfico é procurar no âmbito dos livros, periódicos e demais documentos escritos são informações necessárias para progredir na investigação de um tema de real interesse do pesquisador. Carvalho (1989, p. 100).

Para esclarecer, destaca-se que a fonte de materiais advindos de pesquisas bibliográficas é constituída de publicações que assumem a forma de livros, dicionários, reuniões acadêmicas, ensaios, resenhas, monografias, relatórios de pesquisas, dissertações, teses, apostilas, boletins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo busca salientar a importância do cooperativismo para as lavadeiras do município de Cacoal/RO. Buscando demonstrar os benéficos trazidos pelo cooperativismo e suas funcionalidades e leis e normas que o regem. Nota-se que as cooperativas são instrumentos de acesso das comunidades mais vulneráveis, como as lavadeiras, aos meios de produção, bens e serviços.

Esse acesso ocorre a partir do crédito concedido a esses grupos. É importante salientar, o impacto social da implementação dessas cooperativas, pois favorecem a perpetuação de uma forma de viver própria desse grupo, a abrangência transpassa unicamente a lavadeira, mas também a sua família.

O cooperativismo busca colaboração e a associação de grupos ou pessoas que possuem interesses iguais, a fim de se alcançar benéficos e vantagens em suas atividades comuns. As sociedades cooperativas são reguladas pela (Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971) que deliberou a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das cooperativas.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades

- cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2016.
2. CASTRO, Luiz Humberto de; DAMÁSIO, Andrea Mageste. Referenciais de
 3. Cooperação do Sebrae. Brasília: Sebrae, 2012.
 4. DEMO, Pedro. Pobreza política. Campinas: Autores Associados, 1988.
 5. FAVERO, Eveline; EIDELWEIN, Karen. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des) encontros. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v.16, n.3, 2004.
 6. FILHO, Nagib Slaibi; GOMES, Priscila Pereira Vasques. Vocabulário jurídico conciso. Atualizadores Nagib Daibi Filho e Gláucia Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
 7. GOMES, Angela de Castro Correia. **Cooperativismo**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v.08, n. 4, 2001.
 8. JURUÁ, Nilson Reis. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte. 2006.
 9. LIMA, Jacob Carlos. O trabalho auto gestor em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.19, n.56, out. 2004.
 10. LIMA, Manolito Correia Lima. **Monografia**. São Paulo.
 11. LOURENÇO, Mariane Lemos. **Cooperativismo e Subjetividade**. Curitiba: Juruá. 2008. Disponível em: <www.editorialjuru.com>. Acesso em: 13 de junho de 2016.
 12. MAUAD, Marcelo José Ladeira. Por um marco jurídico específico para as cooperativas de trabalho. São Paulo: LTr.
 13. NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. ISBN: 85 – 7604 – 087 – 5. Belo Horizonte. 2006.
 14. NETO, Sigismundo Bialoskorski. Um ensaio sobre o desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.45, n.1, mar. 2007.
 15. OLIVEIRA, Fábio de. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. Revista Psicologia e Sociedade, Florianópolis, v.19, edição especial 1, 2007.

16. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas**. ISBN:978 – 85 – 224 – 6958 – 1. São Paulo: Atlas, 2012.
17. RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. São Paulo. Atlas. Ed. 6, 2006.
18. SEBRAE. Cooperativa: série empreendedorismo coletivos. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf)>. Acesso em: 10 de junho de 2016.